

Aplausos e críticas à regularização de terras

Marina Silva pede a Lula que vete três artigos da MP da Amazônia, criticada em

Plenário por João Pedro e José Nery. Valdir Raupp e Mozarildo Cavalcanti aplaudem a

proposta, que, segundo dizem, contribuirá para desenvolver a região. **3**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV – Nº 3.034 – Brasília, sexta-feira, 5 de junho de 2009

Os senadores da Comissão de Justiça aprovaram várias propostas, entre elas a que disciplina o direito de defesa em processos no Tribunal de Contas



José Cruz

Justiça poderá ter novas armas contra crime de colarinho branco

Proposta de emenda constitucional sugerida pela CPI dos Correios e aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania fixa prazo de dois anos para que tribunais regionais federais criem varas especializadas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem a criação de varas exclusivas no âmbito dos tribunais regionais federais (TRFs) para

juízo de crimes contra a administração pública e o sistema financeiro nacional. Pela proposta de emenda constitucional que será agora examinada pelo Plenário,

caberá ainda a essas instâncias especializadas o julgamento de casos de improbidade administrativa e de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos ou valores. **4 e 5**

Embalagens de agrotóxico devem ter maior controle

Os agrotóxicos devem ser comercializados em embalagens com código de barras que permita a rastreabilidade. O objetivo de projeto aprovado pela Comissão de Justiça é facilitar o trabalho de fiscalização de abandono de embalagens desses produtos, que poluem o meio ambiente. **5**

Comissão propõe benefício fiscal a veículos elétricos

Diversas categorias de veículos elétricos, menos poluentes, poderão ficar isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), conforme projeto aprovado ontem pela Comissão de Infraestrutura. A proposta será agora examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos. **7**



J. Freitas

Collor (à esq., com Eliseu Resende) preside a comissão

Aprovado acordo de cooperação com Argentina

Empresários brasileiros poderão contar com apoio de embaixadas argentinas em países onde não existam representações do Brasil. O mecanismo de cooperação vale também para empresários argentinos, segundo acordo aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores. **8**

Qualquer servidor pode fazer perícias em processos penais?

Dispositivo do anteprojeto do Código de Processo Penal que abre a possibilidade de realização de perícias por servidores públicos de quaisquer órgãos é debatido em audiência pública realizada em comissão temporária presidida por Demostenes Torres. **6**



Representantes dos delegados federais, dos defensores públicos, dos peritos e da Ordem dos Advogados participam da audiência com Renato Casagrande e Demostenes Torres (3º e 4º à esq.)

José Cruz

MINISTRO PREVÊ CRESCIMENTO EM 2009

O programa *Agenda Econômica*, da TV Senado, apresenta neste fim de semana entrevista com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge. Ele diz acreditar no crescimento do produto interno bruto (PIB) de cerca de 2% este ano, seguido de uma gradual recuperação do nível de emprego e de queda nas taxas de juros para os tomadores de empréstimos e financiamentos.

O *Agenda Econômica* vai ao ar neste sábado, às 16h30 e às 21h30, e no domingo, às 2h30, às 11h30, e às 22h.

RÁDIO CELEBRA DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

Para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho, a reportagem especial da Rádio Senado tem como tema "O dilema ambiental: como conciliar preservação e desenvolvimento". A reportagem vai ao ar hoje, às 18h, com reprise amanhã, às 10h, e domingo, às 17h. Na segunda, o programa *Conexão Senado* debate as perspectivas de desenvolvimento com a realização da Copa de 2014 no Brasil. O programa vai ao ar às 8h.

Os ouvintes de Brasília podem sintonizar a Rádio Senado na estação 91,7 FM, e os de Natal, na 106,9 FM. Na internet, endereço é www.senado.gov.br/radio.

SARNEY CONTINUA ACOMPANHANDO ROSEANA

O presidente do Senado, José Sarney, permanece em São Paulo acompanhando a recuperação de sua filha, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, cujo quadro clínico é considerado "ótimo" pelo Hospital Albert Einstein, depois da cirurgia a que ela se submeteu para a correção de um aneurisma cerebral.

O boletim médico divulgado pelo hospital informa que ela está consciente, apresenta quadro estável, mas não há ainda previsão de alta. A cirurgia realizada em Roseana trata-se de uma clípingem e comprime a bolha que provocava a dilatação de uma artéria cerebral.

Congresso homenageia universidades privadas

Sessão solene celebrou os 30 anos do sindicato das entidades mantenedoras de escolas de ensino superior de São Paulo, as quais atendem 1,4 milhão de estudantes no estado

AO ABRIR A sessão solene do Congresso que homenageou ontem os 30 anos do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), o 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), destacou que o setor privado responde por 75% das matrículas no ensino superior do país.

Autor do requerimento para a sessão, Romeu Tuma (PTB-SP) mostrou-se preocupado com a evasão e a inadimplência nas universidades privadas – hoje em torno de 25% a 30% – e apelou ao governo para que amplie o financiamento às universidades particulares.

– O governo deve dobrar o ProUni. A escola tem capacidade de absorver [os alunos], mas não de financiar – disse o senador.



Marconi (C) lembra que setor privado responde por 75% das matrículas no país

Cristovam Buarque (PDT-DF), por sua vez, parabenizou os profissionais da educação privada, que, segundo ele, foram responsáveis por uma "revolução" na área educacional nos últimos anos, permitindo a boa parte da população avançar seus estudos. Para ele, agora esse setor deve realizar uma "evolução", oferecendo formação gratuita

a professores do ensino fundamental, com financiamento do Estado.

Por sua vez, Eduardo Suplicy (PT-SP) observou que a interiorização do ensino superior pelas escolas privadas foi feita com "boa qualidade", enquanto Augusto Botelho (PT-RR) disse que os direitos das escolas públicas e privadas devem ser iguais.

Arns critica limite a verba para saúde de deficiente

A exigência de previsão orçamentária ou de limite máximo para os gastos com atendimento médico pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de pessoas com deficiências ou doenças mentais foi criticada por Flávio Arns (PT-PR). Essa alteração foi realizada no ano passado pelo Ministério da Saúde, com a publicação da Portaria 2.867/08.

A norma, segundo ele, significou retrocesso. Pela sistemática anterior, regulada pela Portaria 1635/02, tais despesas médicas eram cobertas pelo SUS num sistema extrateto de estados e municípios, com recursos adicionais do Ministério da Saúde.

– Com tantos problemas na área da saúde que estados e municípios já têm de enfrentar, como hospital, medicamento, ambulância e transporte, essas áreas não receberão o atendimento adequado – disse.

Arns anunciou, porém, que o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, no mês passado, comprometeu-se a retornar ao padrão anterior utilizado pelo SUS para ressarcir estados e municípios das despesas com atendimento a pessoas com deficiência.



Senador destaca o trabalho de civismo de agremiação que completa 90 anos

Maciel saúda Clube de Engenharia de Pernambuco

A passagem dos 90 anos do Clube de Engenharia de Pernambuco foi lembrada ontem por Marco Maciel (DEM-PE). O senador disse que a agremiação foi o segundo clube de engenharia criado no Brasil.

Atualmente presidido por Alexandre Santos, o Clube de Engenharia de Pernambuco realiza, segundo Maciel, um grande trabalho de cidadania cívica, pois "ali sempre foram debatidas as grandes questões nacionais".

– Almejamos que o Clube de Engenharia continue, em sua carreira vitoriosa, oferecendo a Pernambuco e ao Nordeste subsídios importantes para o desenvolvimento de nossa região e, por que não dizer, o desenvolvimento integrado do nosso país – afirmou.

Indicados os nomes para cinco comissões técnicas

Foram lidas em Plenário as relações de integrantes de cinco novas comissões temporárias.

A comissão externa destinada a avaliar as enchentes na região Norte será integrada por Arthur Virgílio (PSDB-AM), Augusto Botelho (PT-RR), Fátima Cleide (PT-RO) e Romeu Tuma (PTB-SP).

O colegiado sobre as Metas de Desenvolvimento do Milênio terá como integrantes Kátia Abreu (DEM-TO), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Fernando Collor (PTB-AL).

Irão compor a comissão sobre as comemorações do cinquentenário de Brasília Adelmir Santana (DEM-DF), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Eduardo Suplicy (PT-SP), Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Gim Argello (PTB-DF).

Serão membros do colegiado sobre um novo pacto federativo: Cícero Lucena (PSDB-PB), Lúcia Vânia (PSDB-GO), João Ribeiro (PR-TO), Suplicy, Tião Viana (PT-AC), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e João Durval (PDT-BA). O PMDB não fez ainda indicações. O grupo que verificará efeitos de inundações será integrada por Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Tasso Jereissati (PSDB-CE), César Borges (PR-BA), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e João Vicente Claudino (PTB-PI).

Enchentes: Virgílio pede convênios no lugar de cestas básicas

Arthur Virgílio (PSDB-AM) solicitou ontem ao governo federal que não envie mais cestas básicas para os municípios amazonenses quando ocorrerem enchentes. Ele sugeriu que o governo faça convênios simples, evitando a intermediação do governo estadual, e deposite nas contas das prefeituras o equivalente em dinheiro. Virgílio disse que a logística torna inviável um bom atendimento àquelas populações.

O parlamentar criticou ainda a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) por não dispor de macas no aeroporto de Guarulhos para atender os passageiros feridos do voo da TAM que enfrentou forte turbulência. Ele classificou o fato como "inacreditável", assim como a falta de equipamentos importantes no Aeroporto Internacional de Manaus. De acordo com o senador, não há como medir a velocidade do vento e a visibilidade vertical e horizontal, o que torna o aeroporto inoperante em dias de pouca visibilidade.



Senador diz que problemas de logística no AM impedem chegada de doativos

Homenagens

Virgílio apresentou votos de aplauso para o bispo de Manaus e vice-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luiz Soares Vieira, que completou 25 anos de ministério; para o artista plástico Moacir Andrade, pelos seus 75 anos de profissão; e para o lutador de karatê Lyoto Machida, que venceu importante competição. O senador requereu votos de pesar pelo falecimento de Fernando Fortes – irmão do senador Heráclito Fortes (DEM-PI) – e do jornalista D'Alembert Jaccoud.

Parlamentares visitam centro de treinamento militar na Amazônia

Arthur Virgílio (PSDB-AM) e oito deputados visitaram no último final de semana um dos centros de treinamento na Amazônia para combatentes de selva e sobrevoaram de helicóptero a zona de floresta utilizada para esse treinamento do Exército, em Manaus. Já em São Gabriel da Cachoeira, município amazonense que faz fronteira com a Colômbia, a comitiva parlamentar participou de cerimônias militares e de reuniões com autoridades locais.

O grupo acompanhou a inauguração de uma brinquedoteca montada dentro do hospital militar – que é a única unidade hospitalar da cidade, cuja população é de pouco mais de 15 mil habitantes. O espaço reúne brinquedos, livros e jogos educativos e vai atender as crianças internadas no local. A brinquedoteca foi resultado de uma parceria do Exército Brasileiro com o grupo voluntário Crescer Feliz, que desenvolve trabalho há cinco anos na região.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão, às 9h, é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos, estão os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Romeu Tuma (PTB-SP), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Serys Slhessarenko (PT-MT).

**Valter Pereira
elogia proposta
da Agricultura**

Valter Pereira (PMDB-MS) elogiou o documento "Produção agropecuária e proteção ambiental: uma proposta para atualização do Código Florestal" produzido pelo Ministério da Agricultura. Ele informou que o estudo foi coordenado pelo ministro Reinhold Stephanes e traz "subsídios para se discutir mudanças nestes dois setores emblemáticos: agricultura e meio ambiente".

De acordo com o senador, o documento "mostra forte compromisso do setor produtivo com a questão ambiental". Ele enfatizou que as sugestões pretendem "criar condição para o desmatamento zero no bioma da Amazônia, estruturar um sistema georreferenciado para controlar o desmatamento zero e tornar a legislação simples e de fácil entendimento para os produtores".

– O governo tem deixado muito claro que a sustentabilidade é mais que um discurso, é uma diretriz. Pelo viés do produtor também é muito clara a consciência de que a questão ambiental é de suma importância para todos, principalmente para aqueles que vivem no campo – afirmou o senador, arrematando que "sem meio ambiente não há produção e sem produção não há sobrevivência".

Valter Pereira lembrou que o Brasil "vem despontando nos últimos dez anos como a maior nação agrícola do planeta", tendo se tornado líder na exportação de carne bovina, aves, soja, café, açúcar e suco de laranja.

– Esse status foi conquistado com determinação, perseverança, ousadia e, sobretudo, com muita vocação – afirmou o parlamentar, criticando publicação da ONG Greenpeace, que divulgou no último dia 1º "imprecações irresponsáveis contra o setor produtivo rural brasileiro", sob o título "A farra do boi na Amazônia".

– A entidade quer distorcer a verdade ao generalizar condutas ilícitas e atentados ao meio ambiente, denegrindo a imagem do país – afirmou.



Valter Pereira: ministério advoga desmatamento zero

Projeto da regularização de terras na Amazônia divide opiniões de senadores

A aprovação pelo Senado, na noite de quarta-feira, da chamada MP da Amazônia foi ontem tema de diversos pronunciamentos em Plenário e de entrevistas. A senadora Marina Silva enviou carta aberta ao presidente Lula pedindo o veto a partes do projeto. Ela afirmou que com a lei, que abriria "espaço para a grila-

gem", 20% dos proprietários da região ("os grandes e médios proprietários") ficarão com aproximadamente 72% da área total, enquanto "os pequenos", que possuem terras de um a quatro módulos fiscais, ficarão com apenas 11,5% das terras. José Nery leu nota em que 21 entidades ambientalistas acusam o governo Lula de optar "pela ló-

gica do crescimento econômico a qualquer custo". João Pedro também pediu a Lula que vete partes da proposta, cuja aprovação foi comemorada por Valdir Raupp e Mozarildo Cavalcanti. Raupp disse que este é "um momento histórico para a Amazônia", enquanto Mozarildo contestou a tese de que o projeto favoreceria a grilagem.



**Pedido a Lula
para que vete
três artigos**

Marina Silva (PT-AC) enviou uma carta aberta ao presidente Lula pedindo o veto de três artigos da MP da Amazônia.

– Da forma como foi aprovada, a proposta representa a legalização da grilagem – declarou.

Segundo Marina Silva, um dos objetivos dos vetos é impedir que "aqueles que promovem a grilagem de terras, e colocam prepostos [laranjas] para cuidar dessas áreas, possam agora regularizá-las".

Outro objetivo dos vetos, destacou, é garantir que a vistoria – "o instrumento mais importante de controle do processo de regularização fundiária" – seja aplicada inclusive para as terras com até quatro módulos fiscais (na região, um módulo fiscal equivale a 76 hectares). Marina lembrou que o texto aprovado no Senado dispensa da vistoria as áreas com até quatro módulos fiscais, que, segundo ela, "também podem apresentar irregularidades, inclusive com a presença de laranjas". No caso de terras de até um módulo fiscal, a senadora explicou que a dispensa da vistoria poderá ser concedida pelo governo durante o processo de regularização.

Além disso, os vetos também visam limitar a regularização de terras para as pessoas jurídicas que possuam outras propriedades rurais. Nesse caso, ela argumentou que há, na matéria aprovada, "uma anomalia difícil de ser percebida".

– Quem tiver várias empresas pode regularizar 1,5 mil hectare por empresa. E ainda poderá regularizar a si próprio como pessoa física – disse, acrescentando que "são formas de burlar a lei".



**"Momento
histórico para
a Amazônia"**

Para Valdir Raupp (PMDB-RO), a aprovação da matéria foi um "momento histórico para a Amazônia".

O senador ressaltou que a MP determina que a regularização das terras seja feita sem licitação para áreas de até um módulo fiscal. Nesses casos, a transferência das áreas será realizada gratuitamente, o que valerá também para o registro do imóvel em cartório.

Já para as áreas maiores de 15 módulos fiscais, até 1.500 hectares, continuou Raupp, a regularização também será feita sem licitação, mas com o pagamento em até 20 anos, com a primeira parcela vencendo após o terceiro ano, no caso de ocupação direta da terra por pessoas físicas nela atuantes. Nos casos de pessoas jurídicas ou de exploração direta da área, a regularização será efetuada por meio de processo licitatório.

Raupp aproveitou para elogiar o acordo entre os governos federal e de Rondônia sobre as 3 mil famílias que vivem em 70 mil hectares da Floresta Nacional do Bom Futuro. Segundo o senador, estado e União trocarão áreas para que as famílias não sejam expulsas.

– Foi assinado o acordo que prevê a permuta de 140 mil hectares de terras, sendo 70 mil referentes às áreas ocupadas pelos moradores dessa reserva, mais 70 mil de florestas em área a ser delimitada pela União, que ficará sob a responsabilidade do governo do estado para preservação. Em troca, o estado cederá 140 mil hectares da Reserva do Rio Vermelho à União, para que em parte da área seja construída a usina de Jirau.



**"Primeiro passo
para concessão
de cidadania"**

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) considerou a regularização como "um primeiro passo para se conceder cidadania a amazônidas que moram e produzem na região há décadas".

– O presidente Lula, ontem, no penúltimo ano de seu segundo mandato, deu um primeiro passo concreto para dizer o que se pode fazer na Amazônia, que é titular as terras das pessoas que estão morando lá. Sem essa falseta de que se está regularizando grileiro, porque não se regulariza o que não existe, o que é ilegal – disse ele, elogiando o presidente Lula e rebatendo críticas de que a MP deverá regularizar ocupações ilegais.

Mozarildo chamou a atenção para o fato de a MP conceder tratamento diferenciado para pequenos e grandes proprietários. No caso de propriedades de até 400 hectares, observou, a terra deverá ser transferida para os pequenos agricultores por preço simbólico, "praticamente de graça", mas para áreas maiores será cobrado valor de mercado.

O senador reclamou da falta de um plano de desenvolvimento governamental para a Amazônia que seja produzido levando-se em conta as características peculiares da região. Nesse sentido, considerou oportuna a iniciativa da Subcomissão da Amazônia e Faixa de Fronteira de elaborar um conjunto de propostas para a Amazônia a partir da opinião de intelectuais e especialistas da região.

Em apertes, Augusto Botelho (PT-RR), Gilberto Goellner (DEM-MT) e Mão Santa (PMDB-PI) apoiaram Mozarildo.



**Venda deveria
ser permitida só
após dez anos**

A permissão da venda de terras na Amazônia de até 1,5 mil hectare apenas três anos após sua titulação ao novo dono foi criticada por João Pedro (PT-AM). Para o senador, esse prazo deveria ser mantido como é hoje, de dez anos. A possibilidade de venda da terra surgiu com as modificações feitas pela Câmara à MP 458.

Segundo João Pedro, a venda tem de ser permitida somente após dez anos para que haja a obrigação, do titular, de produzir e gerar renda no local. O prazo de três anos permite a quem receber a terra que apenas aguarde o prazo mínimo para poder vendê-la.

– Isso é uma mudança que diminui o rigor, o zelo, de uma política pública de estado em relação às terras da Amazônia. Abre, sim, precedente para a negociação das terras – afirmou, pedindo ao presidente Lula que vete esse item, assim como outros "que comprometem compromisso mais rigoroso com terras públicas".

O senador também informou que esteve presente na solenidade de entrega ao presidente Lula de 1 milhão de assinaturas em defesa da floresta, ocorrida ontem. As assinaturas foram coletadas pelo movimento Amazônia para Sempre, liderado pelos atores Christiane Torloni e Victor Fasano.

Copa do Mundo

João Pedro anunciou ainda ter apresentado voto de aplauso à Fifa pela escolha da capital amazonense como uma das 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. O requerimento foi também assinado por Arthur Virgílio (PSDB-AM).



**Retrocesso na
proteção ao
meio ambiente**

José Nery (PSOL-PA) leu da tribuna nota pública, assinada por 21 entidades ambientalistas, que acusa o governo do presidente Lula de adotar medidas que "representam um claro retrocesso, com desmonte do arcabouço legal e administrativo de proteção ao meio ambiente". Para as entidades, as decisões deixam claro que o governo está optando pela "lógica do crescimento econômico a qualquer custo".

De acordo com o senador, as entidades entendem que o governo vem cedendo desde o ano passado ao "lobby da insustentabilidade" e, no caso da Amazônia, com apoio da bancada ruralista do Congresso e do ministro da Agricultura. As organizações criticam a aprovação da MP 458/09 pelo Senado, afirmando que ela permitirá "legalizar a situação de uma grande quantidade de grileiros de terras da Amazônia, incentivando o assalto ao patrimônio público".

José Nery leu trechos da carta aberta que a senadora Marina Silva (PT-AC) encaminhou ontem ao presidente Lula, em que pede o veto de vários pontos do Projeto de Lei de Conversão da MP 458/09. Nery opinou que, sem os vetos, haverá "um duro golpe na legislação ambiental brasileira".

O senador voltou a pedir à governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, que abra negociações com os servidores da educação do estado, que estão em greve há quase um mês.

Finalmente, José Nery disse que a cidade de Abaetetuba (PA), onde ele foi vereador, realizará o próximo fim de semana o VI Festival do Miriti, um coqueiro típico.



Gerardo Magela

Augusto Botelho: investimentos de R\$ 6 bilhões até 2010

Augusto elogia plano nacional de defesa

O senador Augusto Botelho (PT-RR) elogiou ontem a Estratégia Nacional de Defesa, que está sendo implementada pelo Ministério da Defesa e pela Secretaria de Assuntos Estratégicos. Ele disse que, dentro de um amplo contexto de plenitude democrática e de absoluto respeito aos países vizinhos, o plano vai garantir uma orientação mais definida para a determinação de uma visão de longo prazo nas Forças Armadas vinculada a uma política de independência nacional.

Segundo Augusto, a iniciativa compreende a redução da dependência estrangeira e o fortalecimento da indústria nacional. Estão previstos investimentos de R\$ 6 bilhões até o final de 2010, tendo como projeto mais contundente a aquisição de aviões de caça supersônicos, cujo processo de escolha do modelo ideal ainda não terminou, em conjunto com a transferência de tecnologia.

– O Brasil precisa de uma estrutura de defesa compatível com seu novo papel de destaque no cenário internacional. Por isso mesmo, e até em atenção aos fornecedores nacionais, o projeto se destina, também, a favorecer empresas brasileiras e consórcios com parceiros estrangeiros dispostos a transferir tecnologia – assinalou.

Para o senador, o investimento nas Forças Armadas deve ter o objetivo de “exibir músculo militar aos países vizinhos, induzir à criação de um parque industrial bélico brasileiro e fomentar a exportação de armas para países da América Latina, da África e da Ásia”.

Senador analisa resultado de estudo feito em dez presídios de São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Pará e lamenta falta de êxito nas iniciativas de ressocialização

Casagrande aponta fracasso em educação nos presídios

AS INICIATIVAS DOS governos federal e estaduais voltadas para a educação dos presos fracassaram, afirmou Renato Casagrande (PSB-ES), ao comentar estudo da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação. Representantes do órgão, que conta com o apoio do programa de voluntariado da Organização das Nações Unidas (ONU), visitaram, entre setembro de 2008 e fevereiro deste ano, dez presídios em São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Pará.

O objetivo foi analisar as oportunidades de escolaridade para os presos como instrumento de ressocialização. Para o senador, investir na educação é fundamental para que haja eficácia nas políticas de reintegração social dos detentos.

– A constatação da relatoria reflete o fenômeno do aumento da população carcerária ser bem superior ao crescimento da população, sobretudo em países economicamente importantes. No Brasil, por exemplo, a popu-

lação cresceu 19,6% entre 1995 e 2005, enquanto a população carcerária aumentou 142,9% no período – afirmou.

Casagrande disse que o Espírito Santo não se encontra em situação diferente das demais unidades da Federação, apesar de o governo estadual haver

investido bastante na área de segurança. Segundo o senador, dados oficiais apontam o estado como o que mais investe no sistema prisional proporcionalmente à sua população, com a aplicação de R\$ 186 milhões do Tesouro local no biênio 2009/2010.

Sistema prisional no Brasil

Proporção entre a população carcerária e a população total do país (por 100 mil habitantes)

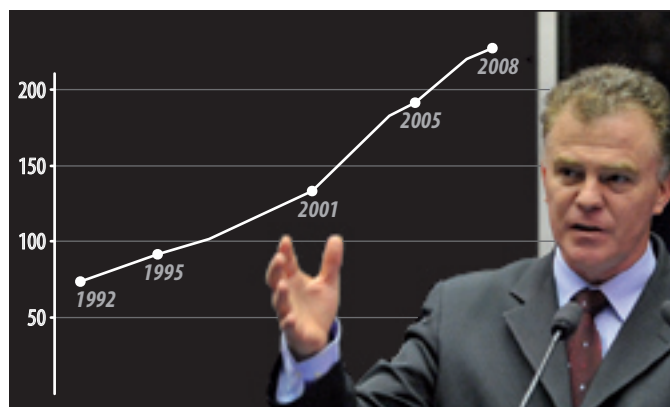


Foto de Gerardo Magela

Fonte: International Centre for Prison Studies - King's College London

Debate sobre quem poderá fazer exame pericial

Na primeira audiência pública da Comissão de Reforma do Código de Processo Penal, ontem, o presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF), Otávio Brandão Caldas Netto, defendeu a realização do exame pericial em processos penais somente por peritos oficiais.

O anteprojeto do Código de Processo Penal apresentado por comissão de juristas sugere que tais perícias possam ser feitas também por servidores públicos de qualquer órgão. Para Otávio Brandão, a perícia exige equipamentos e treinamento de pessoal adequado, nem sempre presentes nas repartições públicas, para produzir laudos com eficiência.

O representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos da União, Esdras dos Santos Carvalho, sugeriu que os réus que não podem pagar advogados sejam representados pela defensoria pública e não por defensores dativos.

Entre as observações ao an-

teprojeto, o representante da Associação Brasileira de Delegados da Polícia Federal, Luiz Carlos Nóbrega Nelson, disse que o texto protege demais o investigado, em uma relação desproporcional com o Estado. Enfatizou que, por exemplo, a possibilidade de o réu ter acesso a todas as provas pode prejudicar as investigações.

Já o representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Gustavo Henrique Badaró, considerou que a proposta restringe

demais a utilização do *habeas corpus*. Ele reconheceu, porém, que o instrumento tem sido utilizado de forma excessiva, o que leva à demora nas decisões judiciais.

O relator da comissão, senador Renato Casagrande (PSB-ES), disse que a comissão realizará audiências públicas em algumas capitais do país para receber a contribuição das entidades. A primeira, informou, será no dia 15 de junho, no Rio de Janeiro.



José Couto

Luiz Carlos (D), Esdras, Casagrande, Demostenes, Octávio Brandão e Gustavo Badaró



Gerardo Magela

Adelmir Santana observa que instalações do Ciee são precárias

Adelmir pede apoio para ensino especial no DF

O Centro Integrado de Ensino Especial (Ciee) – que há mais de 30 anos atua na educação de jovens com deficiências físicas e mentais – não tem recebido, por parte do poder público, o apoio necessário para realizar as reformas estruturais que necessita nem para garantir o atendimento seguro aos jovens que dele dependem. O alerta foi feito por Adelmir Santana (DEM-DF), que prometeu viabilizar emendas orçamentárias em favor da instituição.

– Apesar de possuir mais de 20 mil metros quadrados de área, o centro dispõe de pouca ou nenhuma acessibilidade para os jovens que dependem de cadeiras de rodas. As construções, muito antigas, têm recebido obras de reforma, mas que não resolvem problemas estruturais.

Segundo o senador, as instalações físicas do Ciee, localizado em Brasília, são precárias: as portas dos banheiros são estreitas, não existem calçadas e os tetos não têm forros. O centro atende a 200 alunos, a partir dos 14 anos, com deficiências mental, auditiva, visual ou física e portadores de transtorno global de desenvolvimento (TGD).

Apesar da difícil situação enfrentada pelo Ciee, Adelmir observou que o Distrito Federal destaca-se por abrigar o maior número de centros de ensino especial do país. Ao todo, o DF atende a 13.600 alunos na rede pública, sendo 5.800 nas classes especiais e nos centros de ensino especial. Os demais, portadores de deficiências mais leves, são alfabetizados ao lado de alunos do ensino regular.

Porém, informou Adelmir Santana, segundo avaliação realizada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, apenas 102 das 606 escolas do ensino regular ofereciam, em 2006, condições mínimas de funcionamento.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Paulo Paim • Romeu Tuma

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
 Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
 Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
 Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Debates sobre proteção do meio ambiente na CMA

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou requerimentos de seu presidente, Renato Casagrande (PSB-ES), e do senador Gilberto Goellner (DEM-MT) para realização de um ciclo de debates sobre modelos de desenvolvimento e proteção do meio ambiente. Serão nove debates, um a cada mês, sempre às quintas-feiras, com representantes da sociedade civil e dos governos federal e estaduais.

A CMA aprovou ainda dois requerimentos de Casagrande para realização de audiências públicas conjuntas com a Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados. A primeira visa debater o impacto das novas regras de tarifas bancárias, com a presença do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; do ministro da Fazenda, Guido Mantega; do coordenador do Procon de São Paulo, Roberto Pfeiffer; e do presidente da Febraban, Fábio Barbosa.

A segunda audiência deverá analisar os impactos da nova regulamentação sobre cartões de crédito e de débito. Serão convidados os presidentes do Banco Central, da Associação das Empresas de Cartões de Crédito, da Associação Nacional de Usuários de Cartões de Crédito, além dos secretários de Direito Econômico do Ministério da Justiça e de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Água

A CMA também aprovou a realização de reuniões nas regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste para debater com autoridades locais a Política Nacional de Recursos Hídricos, juntamente com representantes da Agência Nacional de Águas (ANA). O primeiro encontro será no Ceará, em 9 de julho.

A pedido de Cícero Lucena (PSDB-PB), foi aprovada ainda a realização de uma audiência pública para instruir o PLS 346/05, de Pedro Simon (PMDB-RS), que proíbe a cobrança por pontos extras de TV a cabo.

Lula recebe documento Amazônia para Sempre

Os senadores Ideli Salvatti (PT-SC), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Renato Casagrande (PSB-ES) acompanharam na tarde de ontem a entrega, pelos atores Christiane Torloni e Victor Fasano, do documento "Amazônia para Sempre", com 1 milhão de assinaturas, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu gabinete temporário, no segundo andar do Centro Cultural Banco do Brasil.

Renato Casagrande, presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), destacou em entrevista à Agência Senado que, ao receber o documento, o presidente da República reconheceu a prioridade que grande parte da sociedade brasileira dá à preservação da floresta e ao desenvolvimento sustentável da região amazônica.

A senadora Ideli Salvatti é presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas e Cristovam Buarque comanda a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Christiane Torloni e Victor Fasano, à frente do movimento Amazônia para Sempre, coletaram as assinaturas e estiveram presentes na vigília realizada no último dia 13 de maio no Plenário do Senado Federal em favor da preservação da região.



Torloni e Fasano: 1 milhão de assinaturas pela floresta



Projeto de Flávio Arns visa estimular a fabricação de veículos menos poluentes, que praticamente não são produzidos no Brasil. "Não podemos apostar somente nos biocombustíveis", diz senador



Fernando Collor (E) preside reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que analisou diversas matérias

Infraestrutura aprova isenção de IPI para veículos elétricos

VÁRIAS CATEGORIAS DE veículos elétricos, menos poluentes, poderão ganhar isenção no pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). É o que propõe projeto de lei (PLS 44/09), do senador Flávio Arns (PT-SC), aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O texto lista entre os veículos que poderão ficar isentos os de passageiros e mistos (com possível uso para transporte de carga) movidos a tração elétrica e os da categoria minicarros, equipados com motor elétrico, com motor a combustão interna flex ou com motor híbrido-elétrico flex. A proposta agora segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão terminativa.

O objetivo, segundo Flávio Arns, é estimular a fabricação de veículos menos poluentes, como os movidos a eletricidade, que praticamente não são produzidos no Brasil.

– Não podemos apostar somente no biocombustível para reduzir nossas emissões de CO² [dióxido de carbono], e nossa dependência do petróleo, altamente poluidor. Devemos estimular o desenvolvi-

mento e a produção de amplo arco de alternativas, entre as quais se destaca o veículo movido a tração elétrica, que já demonstra desempenho satisfatório em outros países – justificou Flávio Arns, em seu projeto.

O relator, senador Jayme Campos (DEM-MT), em seu parecer favorável, afirmou que a iniciativa é "altamente louvável".

– De fato, o emprego de veículos baseados em tecnologias não poluentes no transporte de pessoas e mercadorias é o primeiro passo para prevenir a crescente deterioração da qualidade ambiental e das condições de circulação, ambas seriamente ameaçadas nos grandes centros urbanos brasileiros – afirmou no parecer.

Paulo Duque (PMDB-RJ), relator *ad hoc* (indicado para substituir Jayme Campos na apresentação do parecer) do projeto na CI, de-



Flávio Arns: carro elétrico demonstra bom desempenho em outros países

clarou que, com a aprovação da proposta, "tudo indica que haverá uma expansão na fabricação desse tipo de veículo no Brasil".

Arrecadação

Apesar de ter votado pela aprovação da proposta, Efraim Moraes (DEM-PB) afirmou

ter receio quanto às consequências de criar mais isenções do IPI, que tem parte da arrecadação revertida para os municípios.

Serys Shessarenko (PT-MT) observou que aprovar esse projeto "é dar uma oportunidade ao futuro". Para Eliseu Resende (DEM-MG), "pode ser que, com o avanço tecnológico, esse meio de transporte ganhe mais competitividade".

Rosalba Ciarlini (DEM-RN), o presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL) e Delcídio Amaral (PT-MS) ressaltaram ser importante discutir a matriz energética brasileira.

Comissões discutem óleo vegetal como combustível

Proposta que autoriza a comercialização e o uso do óleo vegetal como combustível será debatida no dia 16 de junho, em audiência pública, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, juntamente com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

De autoria do senador Gilberto Goellner (DEM-MT), o projeto de lei (PLS 81/08) prevê o emprego de óleo vegetal em tratores, colheitadeiras, veículos, máquinas e equipamentos usados na extração, produção e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte desses produtos e de insumos em geral. A medida autoriza também a comercialização direta de óleo combustível vegetal pelas indústrias refinadoras.

Gilberto Goellner afirmou ontem, em discurso da tribuna, que o biodiesel não pode ser considerado o único programa de combustível verde à disposição da frota de veículos movidos a diesel no Brasil.

Uma das ideias defendidas pelo senador mato-grossense é que as 12 capitais brasileiras que serão sedes de jogos da Copa do Mundo de 2014 adotem o óleo vegetal como combustível das frotas de ônibus urbanos. O parlamentar informou já ter apresentado o seu projeto para capitais como São Paulo, Goiânia e Cuiabá.



Goellner quer uso do produto em ônibus das capitais que sediarão a Copa de 14

Dornelles vai notificar Anac de risco do Santos Dumont

Francisco Dornelles (PP-RJ) informou ontem à Comissão de Serviços de Infraestrutura que deverá protocolar em cartório, na segunda-feira, notificação contra a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), para que adote, em 15 dias, as medidas de segurança necessárias ao uso operacional do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro.

Dornelles tomou a iniciativa após ler notícia publicada pelo jornal *O Globo* sobre denúncia do Sindicato Nacional dos Aeronautas, informando que a camada porosa da única pista em uso no aeroporto está vencida desde dezembro de 2007, aumentando o risco de acidentes.

Ainda segundo o jornal, os responsáveis pela ampliação do Santos Dumont deixaram obras inacabadas, que estariam gerando dificuldades para a operação das aeronaves, principalmente a partir de março deste ano, quando houve aumento do número de voos naquele aeroporto.

– A gravidade das denúncias e a credibilidade do seu autor reforçam minhas preocupações, ficando evidente que o acréscimo do número de voos está elevando o risco operacional do aeroporto – afirmou o senador.



Dornelles: sindicato dos aeronautas denunciou insegurança do aeroporto



Geraldo Magela

Ações antitabagistas destacam Tião Viana, que também é médico

Tião Viana recebe prêmio da OMS

O senador e médico Tião Viana (PT-AC) receberá no próximo dia 26 um prêmio da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) por suas ações contra o vício do cigarro no país. O prêmio – um certificado e uma medalha – é concedido anualmente a pessoas e organizações de todo o mundo que se destacam no combate ao tabagismo.

Em pronunciamento feito ontem, Tião Viana se disse honrado com a premiação e pediu aos senadores que acelerem a votação de projeto de sua autoria que proíbe o uso de produtos de tabaco em ambientes fechados (PLS 315/08). Ele lembrou que o cigarro está presente em seis das oito principais causas de morte no mundo, como doenças cardíacas e respiratórias.

– Infelizmente, um terço da população adulta do mundo faz uso do cigarro e, a cada dia, 100 mil crianças tornam-se fumantes no planeta. No Brasil, 18,8% da população fuma e cerca de 200 mil brasileiros morrem por ano vítimas de doenças ligadas ao uso do cigarro – lamentou Tião Viana.

O senador observou que a campanha do governo federal de colocar fotos de doentes e advertências nos maços de cigarros tem apresentado bons resultados. Afirmou ainda que existem estudos comprovando que o aumento de preço dos cigarros inibe o vício. Para cada 10% de aumento no preço, o consumo cai no curto prazo em 2,5% e, no longo prazo, a redução sobe para 4,2%, exemplificou o parlamentar. Tião Viana é autor de projeto que eleva em cerca de 16% os preços dos cigarros pela cobrança de PIS/Pasep e Cofins (PLS 314/08).

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) cumprimentou Tião Viana pelo prêmio, lamentando que a elevação de preço acabe também levando a um aumento no contrabando de cigarros. Tuma se mostrou indignado por ler que na Praça da Sé, em São Paulo, adultos arregimentam crianças para que vendam na rua cigarros contrabandeados.

Aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, vai ao exame do Plenário acordo que prevê ajuda recíproca por parte de embaixadas e consulados

Mais apoio a empresários da Argentina e do Brasil

EMPRESÁRIOS ARGENTINOS PODERÃO contar com o auxílio de embaixadas e consulados brasileiros em países onde não existam representações de seu país. E empresários brasileiros terão à sua disposição a ajuda de embaixadas e consulados argentinos onde não estejam em funcionamento missões diplomáticas do Brasil. O novo mecanismo de cooperação foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e será agora examinado em Plenário.

O apoio comercial a ser oferecido pela missão diplomática de um país aos empresários do outro país signatário incluirá a elaboração de agendas de negócios, a busca de nichos de mercado que não possam ser supridos por exportações do próprio país representado pela

missão diplomática e a informação sobre o lançamento de licitações internacionais.

O Projeto de Decreto Legislativo 72/09, que aprova o texto do acordo bilateral firmado em novembro de 2005, na cidade argentina de Puerto Iguazu, teve como relator Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que integra a Representação Brasileira no Parlasul. Antes de apresentar

seu voto, ele recordou ter visto na televisão, após o anúncio das cidades que sediarão os jogos da Copa do Mundo de 2014, entrevista com um cidadão que dizia torcer por uma partida final entre Brasil e Argentina, no Maracanã.

– Espero que nossas diferenças se limitem eternamente ao futebol – disse o senador, em tom de brincadeira.



J. Freitas

Mesquita Júnior (E) apresenta à CRE voto favorável ao acordo de cooperação

CRE aprova regulamentação de despesas sigilosas

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem projeto de Renato Casagrande (PSB-ES) que regulamenta a previsão, a execução e o controle de despesas de caráter sigiloso. A matéria, que teve como relator *ad hoc* Paulo Duque (PMDB-RJ), será ainda examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

Segundo a proposta (PLS 436/08), são consideradas despesas de caráter sigiloso as relacionadas com informações cuja divulgação possa acarretar risco à segurança da sociedade e do Estado. Na elaboração dos orçamentos, determina o texto, as despesas sigilosas devem ser estabelecidas em rubrica própria. E o órgão governamental encarregado de despesas de caráter sigiloso deve organizar uma prestação de contas ostensiva e outra reservada, específica para as despesas sigilosas.

Quatro outros projetos de decreto legislativo, aprovando acordos internacionais, foram acolhidos pela comissão. O PDS 276/08, cujo relator *ad hoc* também foi Paulo Duque, aprova o tratado firmado por Brasil e Suriname sobre transferência de pessoas condenadas. O PDS 277/08, que teve como relator Efraim Morais (DEM-PB), aprova acordo para o estabelecimento da organização intergovernamental Centro Sul, destinada a promover a cooperação entre países em desenvolvimento.

Já o PDS 73/09, cujo relator *ad hoc* foi Efraim Morais, acolhe acordo com a Argélia sobre navegação marítima. E o PDS 74/09, que teve como relator *ad hoc* Fernando Collor (PTB-AL), aprova o texto do terceiro protocolo adicional às Convenções

de Genebra, relativo à adoção de emblema distintivo adicional, além da atual cruz vermelha e do crescente vermelho, com o objetivo de assegurar o caráter universal da ação humanitária.

A CRE acatou emendas da Câmara a dois projetos do Senado – PLS 50/95, sobre a nomeação de representantes do país em organismos internacionais, e PLS 56/05, que estabelece a criação do Dia da Amizade Brasil-Israel – e um requerimento de Paulo Paim (PT-RS) de voto de solidariedade aos familiares do jovem Rodrigo Soares Olenski, desaparecido em Cochabamba, na Bolívia, desde outubro de 2008. Ao relatar o requerimento, Cristovam Buarque (PDT-DF) alertou para os riscos de aumento na tensão entre os dois países após a intervenção promovida pelo presidente boliviano, Evo Morales, em refinarias da Petrobras.

Collor alerta Lula para falhas na política externa brasileira

“Apelo ao presidente da República, que tem-se destacado no campo social e no combate à atual crise, para que volte seus olhos para a política externa e não a deixe prejudicar os interesses e a imagem do Brasil e do seu próprio governo.” O alerta foi feito por Fernando Collor (PTB-AL), ao ressaltar falhas de avaliação e de procedimento que o Itamaraty teria cometido ao apoiar a candidatura egípcia ao cargo de diretor-geral da Unesco e em relação ao pleito brasileiro ao órgão de apelação da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Na avaliação de Collor, tanto no caso da Unesco como no da OMC foram cometidas várias impropriedades. O candidato egípcio que o Itamaraty apoia para a Unesco, disse o senador, peca pelo perfil polêmico e tem sido duramente atacado por

suas posições intolerantes.

Com relação à OMC, Collor considerou “pelo menos temerária” a pretensão de substituir um especialista brasileiro, Luis Olavo Baptista, que exerceu a função por oito anos, fato que atentaria contra os critérios geográfico e de rotação de cargos. A China foi contrária à candidatura brasileira, que nem sequer recebeu grande apoio sul-americano, observou.

– Não podemos aceitar que se submeta a brilhante ministra Ellen Gracie, marco da história do Poder Judiciário do Brasil, primeira mulher a integrar e a presidir a Suprema Corte, a uma situação pouco cômoda. Não podemos admitir que a diplomacia brasileira despreze personalidades como o eminente senador Cristovam Buarque, um dos mais ilustres homens públicos do país, e que desconsi-



Geraldo Magela

Collor critica apoio à candidatura de egípcio para direção da Unesco

dere o competente funcionário internacional Marcio Barbosa, com larga folha de serviços prestados.

Para Fernando Collor, o Itamaraty se equivoca ao superestimar o peso estratégico brasileiro e a capacidade de articulação, que se tem pautado por uma até então infrutífera campanha por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Outro equívoco, segundo ele, seria dar mais atenção a uma pretensa solidariedade terceiro-mundista do que ao realismo nas relações internacionais.



Geraldo Magela

Senador diz que postura de Hugo Chávez pode prejudicar Mercosul

Jefferson Praia critica pleito da Venezuela

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) disse ontem ter muitas dúvidas quanto às circunstâncias nas quais está se dando a entrada da Venezuela no Mercosul e a forma como esse processo vem sendo conduzido. Ele assinalou que pouco se debateram os potenciais problemas decorrentes de posições assumidas pelo governo venezuelano, especialmente seu forte antagonismo com parceiros comerciais importantes para o Brasil.

– Será que a postura antagonista, de enfrentamento, assumida frequentemente pelo governo Chávez, não poderia atrapalhar a implementação de uma política comercial realmente pragmática por parte do Mercosul? É preciso, neste ponto, lembrar que as decisões do bloco devem ser adotadas por consenso.

Condição

Jefferson Praia lembrou que Hugo Chávez fez ameaças ao Congresso brasileiro, acusando-o de atender aos “interesses imperialistas” dos Estados Unidos. O senador também colocou em dúvida as credenciais democráticas do regime bolivariano e frisou que o Protocolo de Ushuaia determina “a plena vigência das instituições democráticas” como condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados partes do bloco.

– A experiência sangrenta do século passado ensina que um regime não pode ser plenamente classificado como democrático tão somente por adotar, com regularidade, os rituais das eleições e das consultas populares. É igualmente indispensável que a regra da maioria se abstenha de destruir direitos das minorias. Sabemos que alguns dos maiores tiranos da História, como Hitler e Mussolini, chegaram ao poder por via eleitoral apenas para golpear mortalmente a democracia no momento seguinte.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que “a Constituição venezuelana tem como objetivo a integração com a América Latina, e isso deve ser considerado”.